

SER EDUCADOR/A COOPERANTE EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA - PARTILHAR E APRENDER EM COOPERAÇÃO. TESTEMUNHO DE UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO

CORREIA¹, Isabel Tomázio; FIGUEIRA², Sofia; MATOS³, Maria Teresa

¹ Escola Superior de Educação de Setúbal, IPS (isabel.correia@ese.ips.pt)

² Escola Superior de Educação de Setúbal, IPS (sofia.figueira@ese.ips.pt)

³ Escola Superior de Educação de Setúbal, IPS (maria.teresa.matos@ese.ips.pt)

Resumo

A formação inicial de educadores de infância é essencial para garantir a qualidade da educação nos primeiros anos de vida. No âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, esta formação é composta por um conjunto de dimensões teóricas e práticas, com relevo para a articulação entre a instituição de ensino superior e os contextos de estágio como elemento privilegiado. A qualificação e capacitação dos educadores cooperantes deve estar alicerçada em bases teóricas sólidas e reflexão, tendo em vista a melhoria da supervisão e potenciando uma atitude de participação face aos desafios do quotidiano. A presente comunicação destaca a experiência de uma oficina de formação contínua direcionada a educadores cooperantes/supervisores. Esta iniciativa tem os seguintes objetivos: a) Estimular a capacidade de discussão, análise e reflexão acerca do quotidiano pedagógico, a partir de situações concretas e das necessidades identificadas, considerando as diversas variáveis do currículo; b) Contribuir para a melhoria contínua das práticas de supervisão e para a construção de uma comunidade colaborativa de aprendizagem entre os participantes. A oficina, promovida pelo Centro de Formação Ordem de Santiago, encontra-se em desenvolvimento e conta com a participação de 25 educadores cooperantes e é dinamizada pelas autoras da comunicação. A metodologia tem sido recebida de forma muito positiva pelos participantes. Enfatizam que a vivência das reflexões a partir de situações práticas vivenciadas pelas estagiárias, enriquece a compreensão das dinâmicas pedagógicas e amplia a consciência sobre novas possibilidades de supervisão mais eficazes e também fazem referência à possibilidade da construção de uma rede de apoio e desenvolvimento profissional contínuo.

Palavras-Chave: Formação inicial; Formação contínua; Educação de Infância; Supervisão; Cooperação

1. Formação inicial e prática de ensino supervisionada no Mestrado em Educação Pré-Escolar: construindo saberes

A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE/IPS) tem uma experiência de 40 anos na formação inicial de educadores de infância e desde 2007 sofreu alterações com a legislação que visou a adequação dos cursos de formação de educadores e professores ao Processo de Bolonha.

Atualmente é o Decreto-Lei 79/2014 que aprova o Regime Jurídico da Habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básicos e secundários. O Mestrado em Educação Pré-

Escolar (MEPE), segundo ciclo de formação, assegura um complemento da formação iniciada pelos estudantes no 1º ciclo de formação, Licenciatura em Educação Básica (LEB), reforça e complementa essa formação nas áreas científicas do mestrado e aprofunda a formação nos contextos profissionais – creche e jardim de infância.

O plano de estudos do MEPE da ESE/IPS está organizado no modelo de alternância de forma a favorecer a articulação teoria/prática/teoria, ou seja, a prática informada pela teoria e a teoria informada pela prática, fundamental no processo de formação profissionalizante.

As Unidades Curriculares (UC) de estágio no 1º ano, Estágio em Educação de Infância I e Estágio em Educação de Infância II (1.º e 2.º semestre), integradas na componente de formação Prática de Ensino Supervisionada (PES) estão organizadas em dois momentos de estágio, com a duração de 10 semanas em cada semestre.

No 1.º semestre os estudantes realizam o estágio em contexto de creche em instituições com diferentes suportes jurídicos (rede social e rede privada). No 2.º semestre os estudantes realizam o estágio em contexto de jardim de infância, em instituições com os mesmos suportes jurídicos, acrescido da rede pública. Os estudantes, em ambos os semestres, permanecem em estágio duas semanas, de segunda a sexta-feira, e oito semanas de segunda a quarta-feira, cinco horas por dia, num total de 170 horas por semestre. Nos contextos de estágio cada estudante é apoiado por um educador cooperante que se compromete a participar no processo de formação dos estudantes. No Decreto-Lei 79/2014, os docentes das escolas que colaboram na formação são denominados orientadores cooperantes e devem ter formação e experiência adequadas às funções a desempenhar e prática docente não inferior a cinco anos (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2). O educador cooperante constitui uma figura significativa no processo de formação inicial dos futuros profissionais, aquele que orienta um candidato a professor no seu desenvolvimento pessoal e profissional (Alarcão & Tavares, 2003). Estes profissionais são reconhecidos como formadores do terreno e, tal como os docentes supervisores, têm um papel fundamental na formação dos estudantes.

A ESE/IPS tem uma rede consistente de educadores cooperantes, a maioria dos quais com uma larga experiência profissional e de cooperação com a instituição, que foi considerado um ponto forte no Relatório de Apresentação do pedido - novo ciclo de estudos (NCE/14/00996) à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e que facilita o processo de supervisão, nomeadamente a relação docentes supervisores/educadores cooperantes, aspeto entendido como determinantes na qualidade da formação que ministramos.

2. A supervisão pedagógica como pilar na Formação Inicial de Educadores de Infância

Destacamos a relação que tem de existir entre os contextos onde os estudantes fazem o estágio e a instituição de ensino superior em que frequentam a formação inicial. Quer o professor da escola de formação quer o educador cooperante têm um papel fundamental na formação dos estagiários, futuros profissionais. Ambos são formadores e devem manter uma relação próxima durante todo o processo de formação. Mesquita-Pires (2007) refere que “a complexa rede de interações, estabelecida no processo supervisão, exige uma enunciação franca dos papéis, bem como uma congruência entre as estratégias formativas do professor da instituição formadora e do educador-cooperante” (p.11), o que remete para um trabalho bem estruturado e organizado por parte da instituição de ensino superior responsável pela formação inicial. Na organização deste trabalho, destaca-se a relevância da cooperação entre os contextos de estágio e a instituição de ensino superior. Essas parcerias são reconhecidas como essenciais para o sucesso de um programa (Santos, 2015). Além disso, conforme recomendam Silva (2013) e Gonçalves (2014), é crucial que as equipas das instituições de ensino superior selecionem cuidadosamente os educadores cooperantes que acolhem os futuros profissionais nos seus contextos, promovendo o estabelecimento de relações próximas e colaborativas.

A existência de uma bolsa consistente de educadores cooperantes que colaboram com a ESE/IPS há vários anos, incluindo alguns que anteriormente foram estudantes da instituição, facilita a comunicação e as parcerias. Estas parcerias alicerçam-se numa continuidade de trabalho, potenciando um conhecimento sustentado que permite o “currículo de formação vivenciado na IES ser articulado com a formação que ocorre no contexto da prática profissional” (Leite, Marinho & Sousa-Pereira, 2023, p.19). Os educadores

cooperantes reconhecem os modos de funcionamento e os objetivos formativos da ESE/IPS, mostrando-se disponíveis e implicados no acolhimento dos estagiários.

Faz parte desta relação o diálogo e uma disponibilidade total dos docentes da ESE/IPS para apoiarem os educadores sempre que são solicitados, mesmo que não coincida com os dias das visitas ao local de estágio previstas no plano de estudos. Segundo Flores (2016) uma visão holística e articulada de formação implica um diálogo colaborativo e eficaz entre locais de estágio e escola de formação, no sentido de fomentar as potencialidades de cada uma das instituições.

O educador cooperante que recebe o estudante na sua sala, é “reconhecido como formador no contexto educativo, é um facilitador/mediador das aprendizagens e dos progressos co-construídos pelos estudantes” (Documento Orientador do Parecer de Estágio, 2024/2025). Para além da participação nas reuniões de cooperantes estes profissionais acolhem os estudantes nas salas, partilham o seu trabalho, planificam em conjunto, refletem e discutem as potencialidades e fragilidades do quotidiano e avaliam o desempenho do estudante. Esta avaliação é partilhada com o estudante e os docentes da ESE/IPS, discutindo, com transparência, o percurso realizado e as competências adquiridas.

Em cada semestre realizam-se duas reuniões de cooperantes, no início e final do estágio, para explicitar expectativas e intencionalidades, refletir sobre os documentos orientadores do estágio, partilhar e discutir os pareceres de avaliação e refletir sobre o processo formativo. Estas reuniões têm uma assiduidade considerável e funcionam também como espaços de desenvolvimento profissional porque são, em primeiro lugar, momentos onde se organizam pedagogicamente os estágios, funcionando como pontos de situação inicial e final.

Funcionam igualmente como espaços de desenvolvimento profissional, a participação dos educadores cooperantes na dinamização de aulas na ESE, em colaboração com os docentes, permitindo estabelecer relação com os estudantes, inteirarem-se dos conteúdos e dinâmicas desenvolvidas e partilharem as suas práticas pedagógicas. Esta metodologia permite, simultaneamente, estreitar relações entre a escola de formação e os contextos de estágio e teorizar a partir da prática. Acresce, ainda, a sua participação nas aulas abertas, organizadas pela equipa de docentes e dinamizadas por diferentes especialistas em função do tema a abordar, com a periodicidade mensal, reforçando o desenvolvimento profissional e a ligação com a ESE/IPS. Todas estas iniciativas promovem, no nosso entendimento, relações duradouras e próximas entre os educadores cooperantes e a instituição de ensino superior e contribuem para uma maior interação entre os diferentes atores, potenciando a construção e um desenvolvimento profissional de qualidade (Mesquita & Rodrigues, 2015).

3. Enriquecendo a Supervisão Pedagógica: A Experiência da Oficina de Formação

Nos últimos anos alguns autores, nacionais e internacionais (Mesquita & Rodrigues, 2015; Vieira et al, 2020, Baco et al, 2023), têm destacado a importância das relações dialógicas e potenciadoras de compromissos de formação entre educador cooperante e professores das instituições de ensino superior.

De acordo com o Decreto-Lei 79/2014, as Instituições de Ensino Superior devem apoiar os docentes das escolas cooperantes, “em especial os orientadores cooperantes, no seu desenvolvimento profissional, nomeadamente no domínio da formação de futuros docentes” (art.º 23).

O reconhecimento desta função e da importância da articulação entre a instituição de ensino superior e os educadores cooperantes, como elemento central na formação inicial, a par com as necessidades de formação sentidas e verbalizadas pelos educadores cooperantes, inspiraram a oficina de formação “Ser Educador/a Cooperante em Contextos de Educação de Infância – Partilhar e Aprender em Cooperação”.

A equipa de formadoras da oficina de formação, composta por profissionais com longos anos de experiência na supervisão de estágios na ESE/IPS, organizou a formação como forma de fortalecer a supervisão pedagógica nos estágios do MEPE, promovendo um espaço de partilha e construção conjunta de saberes e contribuindo para uma visão partilhada de responsabilidades entre educadores cooperantes e professores da instituição de ensino superior (Trevethan, 2017).

A formação foi organizada, estruturada e posteriormente apresentada ao Centro de Formação Ordem de Santiago, para ser acreditada pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação contínua de Professores como oficina de formação, em regime b-learning, com a duração de 25 horas presenciais e 25 horas de

trabalho autónomo. Esta oportunidade vai ao encontro do referido por Leite, Marinho & Sousa (2023) no estudo sobre “Os professores cooperantes na formação inicial de futuros docentes” em que identificam como aspetos que facilitam a relação entre a instituição de ensino superior e Escolas/Professor cooperante a abertura e disponibilidade das IES e das Escolas para a colaboração e o acesso a formação contínua.

Esta iniciativa tem os seguintes objetivos: a) Estimular a capacidade de discussão, análise e reflexão acerca do quotidiano pedagógico, a partir de situações concretas e das necessidades identificadas, considerando as diversas variáveis do currículo; b) Contribuir para a melhoria contínua das práticas de supervisão e para a construção de uma comunidade colaborativa de aprendizagem entre os participantes. Relativamente aos conteúdos a abordar foram definidos os seguintes: Processo de Supervisão das Práticas; Organização do Ambiente Educativo (espaço e materiais, tempo, grupo); Trabalho com Famílias; Trabalho de Equipa; Observação, Registo e Planeamento e Avaliação. No que respeita à metodologia, ao longo das sessões têm sido mobilizadas diversas estratégias metodológicas como: sessões expositivas com participação efetiva das formandas e as suas experiências; trabalhos e reflexões em pequeno e grande grupo; momentos de partilha em grande grupo; recurso a documentos digitais de apoio. Quanto aos procedimentos respeitantes à avaliação, esta remete para uma avaliação contínua e incide sobre o desenvolvimento das competências dos formandos ao longo da oficina de formação, tendo por base a participação, o empenho nas sessões e o trabalho final proposto.

Após a realização das 5 sessões, das 8 previstas, consideramos essencial fazer um ponto de situação, escutando as opiniões e experiências dos participantes sobre o processo até então vivenciado. Nesse sentido, foram colocadas algumas questões abertas aos formados, com o objetivo de compreender as perceções iniciais dos educadores acerca da organização das sessões e dos temas abordados, além de identificar dificuldades, potencialidades e expectativas tanto em relação à formação quanto ao papel do educador cooperante. A saber: i) Quais os conteúdos da formação que estão a ser mais desafiantes para compreender ou mobilizar para a prática supervisionada com as suas estagiárias? ii) Algum dos conteúdos apresentados até à presente data trouxe uma nova perspetiva para a prática supervisionada? Pode partilhar um exemplo?; iii) Houve algum momento durante as dinâmicas de pequeno grupo que se destacou como particularmente enriquecedor para a prática supervisionada? Porquê?; iv) As reflexões em pequeno grupo têm permitido a troca de experiências sobre formas de avaliar as estagiárias?; v) Das reflexões coletivas realizadas, que ideias ou aprendizagens emergiram para a prática supervisionada?; vi) Há aspetos que gostaria de sugerir para melhorar futuras dinâmicas formativas?

Após análise e interpretação da informação recolhida junto dos educadores cooperantes participantes, destacam-se os seguintes aspetos:

- Os conteúdos da formação estão alinhados com a função de educador cooperante, englobando reflexão coletiva, troca de experiências e interação com as estagiárias. Ressalta-se a importância da comunicação objetiva e da colaboração com as famílias de forma sistemática, uma vez que foram identificados alguns constrangimentos em lidar com diferentes visões, conceções, horários e acompanhamento na exploração dos espaços exteriores;
- A formação tem auxiliado a alinhar a prática pedagógica com fundamentos éticos e reflexões em constante mudança, impulsionando uma inclusão mais efetiva das estagiárias, a autonomia e o desenvolvimento profissional. Um exemplo motivador foi a participação delas em reuniões com famílias, apresentando trabalhos realizados no estágio, o que reforçou a confiança e a ligação com as famílias. Além disso, a análise sobre o trabalho com famílias salientou a importância do autoconhecimento, crucial para relações mais conscientes e éticas, sublinhando a necessidade de incorporar essa dimensão no currículo formativo. Tais práticas consolidam o papel do educador cooperante como facilitador do desenvolvimento pessoal e profissional;
- A formação tem sido um incentivo para uma reflexão aprofundada sobre o papel de formadores e supervisores, ampliando as visões para além do contexto específico e favorecendo o desenvolvimento profissional. A troca de experiências foi crucial para conhecer práticas institucionais, questionar abordagens e descobrir estratégias pedagógicas. Certos momentos, como a análise da organização do ambiente educativo, realçaram a importância de lidar com constrangimentos e capacidades, impulsionando a resiliência das estagiárias e valorizando os recursos existentes em cada situação;

- A troca de ideias e de experiências tem possibilitado criar laços entre educadores, revelando as dificuldades e os encantos de um trabalho exigente, mas muito interessante e que todos continuam a abraçar com dedicação;
- A importância de acolher, integrar e comunicar de forma clara são aspetos fundamentais para um ambiente tranquilo e harmonioso e para o aprofundamento do papel do educador cooperante. Afirmam que as reflexões conjuntas contribuem para o desenvolvimento profissional e pessoal;
- A partilha reflexiva em pequenos grupos, aliada à diversidade de pontos de vista, ajuda a enriquecer a prática pedagógica e promove várias dinâmicas. Mesmo com outras as ações disponíveis, como as Aulas Abertas, é claro que há necessidade de formação de longa duração com a abordagem de vários temas diferentes, fundamentais para o desenvolvimento contínuo dos educadores, muitas vezes movidos pela sua própria ação e desejo de aprender.

Apontamentos Finais

A oficina de formação “Ser Educador/a Cooperante em Contextos de Educação de Infância - Partilhar e Aprender em Cooperação”, enquanto ponto de encontro, tem proporcionado uma reunião entre educadores cooperantes e docentes da ESE/IPS, impulsionando debates em conjunto e uma agenda em comum, e está a ser encarada como fundamental para uma colaboração relevante entre educadores cooperantes e professores da escola de formação. Na visão dos educadores cooperantes participantes, a partilha de reflexões em pequenos grupos tem-se mostrado essencial para promover a troca de ideias e o enriquecimento recíproco, facultando a exploração de novas práticas, a reflexão sobre metodologias e a criação de estratégias educativas mais eficientes. Essas discussões, em consonância com a teoria de Schön (2000) sobre a prática reflexiva, possibilitam um olhar crítico sobre diferentes formas de avaliar as estagiárias, enfatizando a necessidade de critérios claros e partilhados para assegurar justiça e basear as avaliações de forma sólida. Os educadores recomendam formação com abordagem de assuntos variados, inspirados na ideia de formação contínua de Day (2001), que destaca a aprendizagem ao longo da vida como crucial para o desenvolvimento profissional. Essas ações certamente ajudarão a melhorar o acompanhamento dos estagiários, assegurando uma supervisão mais cuidadosa, apta a fomentar uma prática educativa de qualidade. Assim, entende-se que esta oficina de formação está a contribuir para impulsionar melhorias na supervisão, assim como, a incentivar o começo de um processo de criação de uma rede de suporte e aprofundamento profissional contínuo, elevando a qualidade da formação inicial de educadores da infância.

Referências bibliográficas

- Alarcão, I., & Tavares, J. (2003). Supervisão da prática pedagógica: Uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem. Livraria Almedina.
- Baco, C., Derobertmasure, A., Bocquillon, M., & Demeuse, M. (2023). Initial teacher training: Validation of a competence reference framework for the training of mentor teachers/ cooperating teachers. *Frontiers in Education*, 7, 1010831. <https://doi.org/10.3389/educ.2022.1010831>
- Day, C. (2001). Desenvolvimento profissional de professores: os desafios da aprendizagem permanente. Porto Editora.
- Flores, M.A. (2016). Teacher Education Curriculum. In J. Loughran e M. Hamilton (Eds.). *International Handbook of Teacher Education* (pp. 187–230). https://doi.org/10.1007/978-981-10-0366-0_5
- Gonçalves, A. (2014). A prática pedagógica na formação inicial de educadores e professores no contexto de Bolonha: Um estudo de caso. [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/14135>
- Leite, C. Marinho, P. & Sousa- Pereira, F. (2023). Os professores cooperantes na formação inicial de futuros docentes. *Revista Lusófona de Educação*, 59, (pp.13-34).
- Mesquita-Pires, C. (2007). Aprender a ser educador de infância: Entre a teoria e a prática. In XV Colóquio AFIRSE – Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação? <http://hdl.handle.net/10198/5450>
- Mesquita, C. & Rodrigues, M. (2015). Processo de Supervisão: percepções dos professores cooperantes do 1º

CEB. Revista de Estudios y Investigación en Psicología y Educación. 6, 136-140.

Santos, A. (2015). Educação infantil e formação de professores: Uma proposta do PIBID de pedagogia. In F. I. Ferreira & C. I. Anjos (Orgs.), Educação de infância: Formação, identidades e desenvolvimento profissional (pp. 77-92). De Facto Editores.

Schön, D. (2000). Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem. Artes Médicas.

Silva, R. (2013). A prática em contexto profissional na formação inicial: Perspetivas de estudantes: Contributos para a configuração profissional do educador de infância. [Tese doutoramento]. Instituto de Educação. Universidade Lisboa

https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/10554/1/ulsd067340_td_tese.pdf

Trevethan, H. (2017). Educative mentors? The role of classroom teachers in initial teacher (education. A New Zealand study. Journal of Education for Teaching, 43(2), 219–231.

Vieira, F., Flores, A., & Almeida, M. J. (2020). Avaliando o modelo de estágio dos Mestrados em Ensino da Universidade do Minho: entre a qualidade desejada e a qualidade percebida. Instrumento: Revista. Estudo. e Pesquisa. em Educação, 22(2), 231-247.

Legislação consultada

Decreto-Lei 79/2014 - Regime Jurídico da Habilitação Profissional para a Docência na Educação Pré-escolar e nos Ensinos Básico e Secundário.